

JOSÉ RUBENS MORATO LEITE
PATRÍCIA FAGA IGLECIAS

Organizadores



DIREITO AMBIENTAL PARA O SÉCULO XXI

**NOVOS CONTORNOS JURISPRUDENCIAIS E NA
REGULAMENTAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

Antonio Renato Cardoso da Cunha • Flávia França Dinnebier • Guilherme Henrique
• Mariani de Souza • José Rubens Morato Leite • Kamila Guimarães de Moraes
• Lucas de Lima Carvalho • Luísa Bresolin de Oliveira • Marina Demaria Venâncio
• Michelle Mendlewicz • Orlindo Francisco Borges

Autores

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

**DIREITO AMBIENTAL PARA O SÉCULO XXI:
Novos contornos jurisprudenciais e na regulamentação dos resíduos sólidos**

JOSÉ RUBENS MORATO LEITE

PATRÍCIA FAGA IGLECIAS

(Organizadores)



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [05-2015]

- Profissional

Fechamento desta edição [14.04.2015]



ISBN 978-85-203-6265-5

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	15
APRESENTAÇÃO.....	17

PRIMEIRA PARTE

JURISPRUDÊNCIA E HERMENÊUTICA AMBIENTAL: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

1. Direito Ambiental e princípio da precaução: uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. <i>Guilherme Henrique Mariani de Souza</i>	21
1.1 Introdução	21
1.2 Conhecimento científico, técnicas e incertezas.....	22
1.3 A sociedade de risco e a formatação do direito ambiental	26
1.4 O princípio da precaução e o gerenciamento dos riscos ambientais	28
1.5 O conteúdo do princípio da precaução	29
1.6 O princípio da precaução na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	34
1.7 Considerações finais.....	36
1.8 Referências	39
2. Compensação ambiental: questões controvertidas e aplicação prática. <i>Michelle Mendlewicz</i>	43
2.1 Introdução	43

2.2	Fundamentos e histórico da cobrança	44
2.3	Principais questões enfrentadas atualmente pelo Supremo Tribunal Federal.....	48
2.3.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.378-6.....	48
2.3.1.1	Natureza jurídica.....	49
2.3.1.2	Decisão da ADIn 3.378-6.....	52
2.3.2	Reclamação 8.465.....	53
2.3.3	Reclamação 17.364.....	55
2.4	Aplicação prática da compensação ambiental.....	56
2.4.1	Esfera federal.....	56
2.4.2	Esfera estadual.....	59
2.4.2.1	Principais polêmicas estaduais.....	59
2.4.2.2	O caso do FUNBio.....	63
2.5	Considerações finais.....	68
2.6	Referências	69
3.	<i>Fórum shopping</i> em litígios internacionais envolvendo poluição marinha por hidrocarbonetos: uma análise da jurisprudência e perspectivas para novas políticas de coordenação jurisdicional internacional (lições aprendidas a partir dos casos <i>Amoco Cadiz</i> e <i>Prestige</i>). Orlindo Francisco Borges.....	73
3.1	Introdução.....	74
3.2	Conflitos de jurisdição no contencioso internacional ambiental, <i>fórum shopping</i> e as normas de competência internacional.....	75
3.3	Foro competente e a lei aplicável à resolução de conflitos envolvendo poluição marinha por hidrocarbonetos provenientes de navios na jurisprudência selecionada.....	81
3.3.1	<i>Amoco Cadiz</i>	81
3.3.2	<i>Prestige</i>	88
3.4	Considerações finais.....	94
3.5	Referências	95
4.	A receptividade do Superior Tribunal de Justiça às políticas públicas de regulação direta e tributação ambiental no Brasil. Lucas de Lima Carvalho	99
4.1	Introdução.....	99

4.2	Regulação direta	101
4.2.1	Definição e alcance	102
4.2.2	Análise crítica dos precedentes do STJ referentes ou interessantes aos instrumentos de regulação direta	103
4.2.2.1	Cumulação de sanções e competência comum em matéria ambiental	103
4.2.2.2	Cumulação de obrigações numa única sanção ambiental	106
4.3	Tributação ambiental	111
4.3.1	Definição e alcance	112
4.3.2	Análise crítica dos precedentes do STJ referentes ou interessantes à tributação ambiental	113
4.4	Considerações finais	117
4.5	Referências	119
5.	Hermenêutica jurídica para o século XXI: contornos e perspectivas. <i>José Rubens Morato Leite e Marina Demaria Venâncio</i>	121
5.1	Introdução	121
5.2	Crise ambiental e sociedade de risco	122
5.3	Proteção constitucional do meio ambiente: breves apontamentos	125
5.4	Perspectivas e contornos da hermenêutica jurídica ambiental	129
5.5	Apontamentos sobre a complexidade das questões envolvendo o meio ambiente e a perspectiva da hermenêutica jurídica ambiental	132
5.6	Considerações finais	138
5.7	Referências	139

SEGUNDA PARTE

RESÍDUOS SÓLIDOS E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS AMBIENTAIS PARA O SÉCULO XXI

6.	O princípio da prevenção na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos eletroeletrônicos. <i>Luisa Bresolin de Oliveira</i>	145
6.1	Introdução	145
6.2	O Princípio da Prevenção e os resíduos eletroeletrônicos	146

6.2.1	O Princípio da Prevenção	146
6.2.2	Os resíduos eletroeletrônicos	149
6.3	Prevenção no gerenciamento dos resíduos eletroeletrônicos	151
6.3.1	Aproveitamento dos resíduos eletroeletrônicos	152
6.3.2	Disposição final ambientalmente adequada	154
6.4	Prevenção na gestão dos resíduos eletroeletrônicos	156
6.4.1	Logística reversa	156
6.4.2	Direito à informação	158
6.4.3	Educação ambiental e consumo sustentável	162
6.5	Considerações finais	166
6.6	Referências	167
7.	Responsabilidade do produtor pela gestão preventiva de embalagens: fundamentos jurídico-ambientais para sua exigência legal e inserção no licenciamento ambiental. <i>Flávia França Dinnebier</i>	171
7.1	Introdução	171
7.2	Apropriação da natureza pelo homem e a crise ecológica	172
7.3	Hermenêutica jurídica ambiental específica para resíduos	176
7.4	Reflexos da política nacional de resíduos sólidos no licenciamento ambiental e no estudo de impacto ambiental	179
7.5	Fundamentos e perspectivas jurídico-ambientais da responsabilidade ambiental do produtor pela gestão preventiva de embalagens	181
7.6	Considerações finais	186
7.7	Referências	187
8.	As espécies de descentralização de serviços públicos e o manejo de resíduos sólidos: um estudo de caso no problema do lixo do Município de Duque de Caxias/RJ. <i>Antonio Renato Cardoso da Cunha</i>	191
8.1	Introdução	191
8.2	A evolução da prestação e da delegação dos serviços públicos	193
8.2.1	Autorização	195
8.2.2	Permissão	195
8.2.3	Concessão	197
8.2.4	As Parcerias Público-Privadas: aspectos gerais	198
8.3	Informações contidas no relatório do TCE	200

8.4 Os consórcios administrativos.....	203
8.5 Considerações finais.....	206
8.6 Referências	207
9. Panorama atual dos aspectos jurídicos da obsolescência planejada e novos limites para o século XXI. Kamila Guimarães de Moraes.....	209
9.1 Introdução.....	209
9.2 Obsolescência planejada: causas, características e consequências ..	210
9.3 Estado da arte sobre o tema na União Europeia.....	218
9.4 Aspectos jurídicos no contexto brasileiro: perspectivas e desafios..	227
9.5 Considerações finais.....	236
9.6 Referências	238